

BRAM - Bradesco Asset Management S.A.
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44

Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, maior gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 70 anos do Banco Bradesco aos seus especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No encerramento do primeiro semestre de 2017, a BRAM possuía sob gestão R\$ 619.688,5 milhões distribuídos em 1.213 fundos de investimento e 337 carteiras administradas, atendendo um total de 3.179.939 investidores.

No primeiro semestre de 2017, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 44,0 milhões, correspondente a R\$ 4.722,45 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 415,1 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,61%. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	464.855	375.324	CIRCULANTE	46.778	25.556
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	423	320	OUTRAS OBRIGAÇÕES	46.778	25.556
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	439.224	357.511	Sociais e Estatutárias	418	528
Carteira Própria	439.224	357.511	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	23.983	10.944
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	25.208	17.493	Diversas (Nota 11b)	22.377	14.084
Rendas a Receber	19.567	14.109			
Diversos	5.641	3.384			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.590	6.020	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	16.897	9.494
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	10.590	6.020	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.897	9.494
Diversos	10.590	6.020	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	264	236
PERMANENTE	3.293	3.519	Diversas (Nota 11b)	16.633	9.258
INVESTIMENTOS (Nota 7)	192	222			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	70	100	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	415.063	349.813
Outros Investimentos	334	334	Capital:		
Provisões para Perdas	(212)	(212)	- De Domiciliados no País (Nota 12a)	190.000	167.000
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	1.503	1.894	Reservas de Lucros (Nota 12c)	225.063	182.813
Outras Imobilizações de Uso	7.428	7.352			
Depreciações Acumuladas	(5.925)	(5.458)			
INTANGÍVEL (Nota 9)	1.598	1.403			
Ativos Intangíveis	5.707	4.745			
Amortização Acumulada	(4.109)	(3.342)			
TOTAL	478.738	384.863	TOTAL	478.738	384.863

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.398	23.602
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	24.398	23.602
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.398	23.602
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	54.874	11.328
Receitas de Prestação de Serviços (Notas 13 e 21b)	68.047	68.047
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(48.965)	(32.639)
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(15.362)	(12.893)
Despesas Tributárias (Nota 16)	(10.930)	(6.546)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 7)	(20)	(22)
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	284	42
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(1.748)	(4.661)
RESULTADO OPERACIONAL	79.272	34.930
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(8)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	79.272	34.922
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 20a e b)	(35.249)	(16.482)
Provisão para Imposto de Renda	(14.976)	(6.496)
Provisão para Contribuição Social	(12.219)	(5.216)
Ativo Fiscal Diferido	(8.054)	(4.770)
LUCRO LÍQUIDO	44.023	18.440
Número de ações (Nota 12a)	9.322.059	9.322.059
Lucro por lote de mil ações em R\$	4.722,45	1.978,10

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	79.272	34.922
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.491	637
Depreciações e Amortizações	515	447
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	206	160
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	20	22
Perda na Alienação de Bens e Investimentos	-	8
Outros	750	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	80.763	35.559
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(18.840)	3.634
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	377	(4.480)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(19.483)	(10.524)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(41.678)	(23.303)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	1.139	886
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Imobilizado de Uso	-	3
Aquisição de Imobilizado de Uso	(26)	(310)
Aquisição de Intangível	(690)	(404)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(716)	(711)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	423	175
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	145
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	423	320
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	423	175

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição") tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2015	148.000	14.087	169.461	-	331.548
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	19.000	-	(19.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	18.440	18.440
Destinações: - Reservas	-	922	17.343	(18.265)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(175)	(175)
Saldos em 30.6.2016	167.000	15.009	167.804	-	349.813
Saldos em 31.12.2016	167.000	17.182	187.276	-	371.458
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	23.000	-	(23.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	44.023	44.023
Destinações: - Reservas	-	2.201	41.404	(43.605)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(418)	(418)
Saldos em 30.6.2017	190.000	19.383	205.680	-	415.063

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2017, corresponde a disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 423 mil (2016 - R\$ 320 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Carteira própria		
- Cotas de fundos de investimentos	439.224	357.511
Total	439.224	357.511

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

Títulos (1)	Em 30 de junho - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)
Títulos para negociação (3):							
Letras financeiras do tesouro	40.897	7.843	40.057	296.554	385.351	385.351	274.063
Letras financeiras	-	23.467	-	10.799	34.266	34.266	40.936
Notas do tesouro nacional	13.019	-	-	-	13.019	13.019	35.646
Debêntures	-	6.425	-	-	6.425	6.425	6.724
Outros	163	-	-	-	163	163	142
Total em 2017	54.079	37.735	40.057	307.353	439.224	439.224	357.511
Total em 2016	49.090	1.655	9.848	296.918			

(1) A distribuição foi efetuada de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos, preservando a classificação da categoria e na distribuição dos prazos, sendo considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Do total aplicado no encerramento do período, R\$ 439.061 mil (2016 - R\$ 357.369 mil) eram em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos de renda fixa	24.398	23.602
Total	24.398	23.602

d) A BRAM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

6) OUTROS CRÉDITOS
a) Rendas a receber

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
- Taxa de administração de fundos de investimentos	18.783	13.653
- Tarifa de administração de carteiras	784	456
Total	19.567	14.109

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. presta serviços de administração de valores mobiliários e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco "Organização", sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de líquido

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

h) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano, sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Compostos por software, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata dia).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

Table with 3 columns: Description, 2017, 2016. Rows include Taxa de administração de fundos de investimentos, Tarifa de administração de carteiras, and Total.

b) Diversos

Table with 3 columns: Description, 2017, 2016. Rows include Créditos tributários, Adiantamentos e antecipações salariais, Devedores por depósito em garantia, Impostos e contribuições a compensar, and Outros.

7) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Table with 8 columns: Empresa, Capital social, Patrimônio líquido ajustado, Prejuízo, Quantidade de ações possuídas (em milhares), Participação no capital social % (1), Valor contábil (2017, 2016), Resultado de equivalência patrimonial (2017, 2016). Row for 2bCapital S.A. and Total.

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

8) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Table with 6 columns: Taxa, Custo, Depreciação, and two columns for 2017 and 2016. Rows include Móveis e equipamentos de uso, Sistema de segurança e comunicação, Sistema de processamento de dados, and Total em 2017 and 2016.

9) INTANGÍVEL

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e software, com custo líquido de amortização correspondente a R\$ 1.598 mil (2016 - R\$ 1.403 mil), a amortização acumulada é de R\$ 4.109 mil (2016 - R\$ 3.342 mil).

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões e passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

Table with 4 columns: Description, Trabalhistas, Cíveis, Fiscais (1), and Total. Rows include No início do semestre, Atualização monetária, Constituições líquidas, Transferências, Pagamentos, and No final do semestre de 2017 (Nota 11b).

(1) Compreende, substancialmente, ao processo de execução fiscal de ISS junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da BRAM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é a Autuação de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de investimentos, no valor total de R\$ 16.008 mil (2016 - R\$ 14.820 mil).

d) A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, subsidiária integral do Banco Bradesco S.A., bem como dois de seus administradores, foram mencionadas no âmbito da chamada "Operação Greenfield" da Polícia Federal, por terem exercido, respectivamente, a administração e a gestão do Fundo de Investimento em Participações - FIP Enseada. Além da disponibilização de documentos, a Justiça determinou, no curso da referida Operação, o bloqueio de valores. Por conta disso, foi firmado um Compromisso, homologado pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, para liberação dos valores mediante o oferecimento de garantias até R\$ 104 milhões, sem o reconhecimento de qualquer responsabilidade civil ou criminal por parte das empresas ou dos administradores da Organização Bradesco. No âmbito do referido compromisso, os administradores e funcionários da Organização Bradesco colocaram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos às autoridades responsáveis pela condução da referida investigação, independentemente de intimação formal. Adicionalmente, as avaliações internas indicam não ter havido ilegalidades na condução das citadas atividades, conforme comunicado do Banco Bradesco ao mercado, em 20 de setembro de 2016. Até o momento, não há nenhuma indicação de que as apurações poderão resultar na responsabilização da referida empresa.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Table with 3 columns: Description, 2017, 2016. Rows include Impostos e contribuições sobre lucros a pagar, Impostos e contribuições a recolher, Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 20c), and Total.

continua...

...continuação



Bradesco Asset Management

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 62.375.134/0001-44

Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisão para participações nos lucros e resultados	17.902	9.913
Provisão para pagamentos a efetuar	13.154	7.030
Provisão para passivos contingentes (Nota 10b)	499	430
Provisão para outras contingências	1.337	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	139	259
Provisões fiscais (Nota 10b) (1)	5.979	5.710
Total	39.010	23.342

(1) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 190.000 mil (2016 - R\$ 167.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	9.322.059	9.322.059	167.000	148.000
Aumento de capital com reserva AGO/AGE (1)	-	-	23.000	19.000
Saldo em 30 de junho	9.322.059	9.322.059	190.000	167.000

(1) Em 30 de maio de 2017, o BACEN homologou a AGO/AGE de 28 de abril de 2017 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 23.000 mil, sem emissão de ações (em 20 de maio de 2016, o BACEN homologou a AGO/AGE de 29 de abril de 2016 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 19.000 mil, sem emissão de ações).

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros	225.063	182.813
- Reserva legal (1)	19.383	15.009
- Reserva estatutária (2)	205.680	167.804

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião da Diretoria deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido	44.022	18.440
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(2.201)	(922)
Base de cálculo	41.821	17.518
Dividendos propostos	418	175
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	44,84	18,77

13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 131.615 mil (2016 - R\$ 68.047 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios (Nota 21b).

14) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos	22.594	12.403
Participação dos empregados nos lucros	14.845	9.538
Benefícios (1)	6.482	6.234
Encargos sociais	4.922	4.457
Treinamento	122	7
Total	48.965	32.639

(1) Inclui Contribuição de Previdência Privada no montante de R\$ 4.290 mil (2016 - R\$ 4.841 mil).

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Comunicações	5.115	4.475
Serviços técnicos especializados	1.850	1.090
Processamento de dados	1.820	1.479
Propaganda, promoções e publicidade	1.440	994
Serviços de terceiros	1.165	1.459
Aluguéis	1.107	907
Depreciações e amortizações	515	447
Viagens	460	458
Transportes	290	178
Refeições e lanches	178	154
Despesas de material	142	89
Manutenção e conservação de bens	137	79
Outras	1.143	1.084
Total	15.362	12.893

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Contribuição à COFINS	6.609	3.972
Impostos sobre serviços - ISS	2.595	1.328
Contribuição ao PIS	1.098	666
Impostos e taxas	628	580
Total	10.930	6.546

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Reversão de outras provisões operacionais	248	1
Outras receitas financeiras	36	41
Total	284	42

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisão para outras contingências	750	-
Despesas financeiras	613	368
Atualização de impostos e contribuições	125	141
Provisões cíveis	76	15

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.700 mil (2016 - R\$ 2.500 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 4.900 mil (2016 - R\$ 1.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos	1.674	1.003
Total	1.674	1.003

Benefícios pós-emprego

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.115	3.576
Total	2.115	3.576

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	79.271	34.922
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(35.672)	(15.715)
Participações em coligadas e controladas	(9)	(10)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(872)	(1.613)
Outras	1.304	856
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(35.249)	(16.482)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2016 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(27.195)	(11.712)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no semestre, sobre adições temporárias	(8.054)	(4.770)
Total dos impostos diferidos	(8.054)	(4.770)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(35.249)	(16.482)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2017
Provisão para participação nos lucros/bonificações	17.393	6.162	14.443	9.112
Provisões fiscais	1.734	50	-	1.784
Provisões cíveis	352	566	266	652
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	93	-	-	93
Provisões trabalhistas	71	19	-	90
Outros (1)	489	273	416	346
Total dos créditos tributários (Nota 6b)	20.132	7.070	15.125	12.077
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a)	251	13	-	264
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	19.881	7.057	15.125	11.813

(1) Os valores correspondem basicamente a provisão de propaganda/publicidade.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017	624	404	1.028
2018	1.675	1.038	2.713
2019	1.822	1.127	2.949
2020	2.801	1.707	4.508
2021	529	345	874
2022	3	2	5
Total	7.454	4.623	12.077

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 11.405 mil (2016 - R\$ 6.598 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A BRAM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BRAM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2017, somaram R\$ 573.781.437 mil (2016 - R\$ 442.397.446 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no período foi de R\$ 131.615 mil (2016 - R\$ 68.047 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

(1,2) -2- [31206]-banco_bradesco_legal_bal_semestral_30-06-2017_vec_bram_dtmv.indd 24/08/17 16:35		
Provisão para outras contingências.....	750	-
Despesas financeiras	613	368
Atualização de impostos e contribuições	125	141
Provisões cíveis	76	15
Ressarcimentos a clientes (1)	69	3.935
Patrocínio.....	50	-
Provisões trabalhistas (2)	47	5
Outras	18	197
Total	1.748	4.661

(1) Ressarcimentos a clientes por perdas incorridas; e
(2) Reclassificado para "Outras Despesas Operacionais" Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Controladores		Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016	Coligadas e Controladas 2017	2016
Ativo				
Disponibilidades	423	320	-	-
Passivo				
Dividendos a pagar.....	418	528	-	-
			Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
Resultado				
Despesas de aluguéis	(768)	(21)	(338)	(885)
Despesas com serviços prestados.....	-	(7)	-	-

b) A BRAM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2017, somaram R\$ 573.781.437 mil (2016 - R\$ 442.397.446 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no período foi de R\$ 131.615 mil (2016 - R\$ 68.047 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual poderão aderir todos os funcionários que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

e) Não houve outros eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercermos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 24 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2